



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA Nº 1.222/2011 **17 de Outubro de 2011**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município, para pessoas físicas e jurídicas, e dá outras providências”.

ARI VIEIRA DA SILVA, Prefeito do Município de Sarapuí – SP, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara do Município de Sarapuí aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Sarapuí – REFIS, destinado a promover o parcelamento dos créditos tributários e não tributários devidos para com a Fazenda Pública Municipal decorrente de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com sede ou não no Município.

Parágrafo Único – O parcelamento dos créditos nos termos desta Lei deverá ser efetuado, por opção do requerente:

a)- em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente a razão de 1% (um por cento), a partir do mês subsequente ao da formalização do parcelamento;

b)- em até 24 (vinte quatro) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente a razão de 1% (um por cento), a partir do mês subsequente ao da formalização do parcelamento;

c)- em até 10 (dez) prestações mensais fixas e sucessivas.

Artigo 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por créditos tributários e não tributários, os valores inscritos ou não em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial, a respeito dos quais não haja qualquer pendência de defesa administrativa ou de recurso judicial, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento e, tratando-se de créditos originalmente exigíveis em prestações, somente aqueles totalmente vencidos.

Parágrafo Único – Na existência de discussão administrativa ou judicial à respeito do tributo, o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente a matéria cujo respectivo débito queira parcelar.

CAPÍTULO II

DO PEDIDO DE PARCELAMENTO

Artigo 3º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do requerente, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos.

Parágrafo 1º - O pedido de parcelamento a que se refere o artigo 1º, deverá ser requerido até 31 de dezembro de 2011, para as dívidas inscritas ou não até 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo 2º - O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo próprio sujeito passivo ou por seu representante legal, no caso de pessoa física, ou pelo sócio ou representante legal, no caso de pessoa jurídica.

Parágrafo 3º - No caso de pessoa jurídica, o pedido deverá ser formulado em nome do estabelecimento matriz.

Parágrafo 4º - Existindo parcelamentos concedidos sob outras modalidades, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta lei, mediante requerimento, observando o prazo previsto nesta Lei.

Parágrafo 5º - O parcelamento concedido nos termos desta Lei, independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamentos ou de execução fiscal.

Parágrafo 6º - Tratando-se de pessoa jurídica, o requerimento de parcelamento deverá ser obrigatoriamente instruído com a declaração de receita bruta dos últimos 6 (seis) meses, firmada pelo sócio ou representante legal.

CAPÍTULO III

DA CONSOLIDAÇÃO DOS DÉBITOS E DO TERMO DE COMPROMISSO

Artigo 4º - A consolidação dos débitos terá por base a data da formalização do pedido de parcelamento e resultará da soma:

D)- do principal atualizado, da multa de mora, dos juros de mora, dos honorários advocatícios, quando em cobrança judicial ou não, se requerido em até 36 (trinta e seis) prestações;



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

II)- do principal atualizado, de 50% (cinquenta por cento) do montante acumulado da multa de mora, dos juros e dos honorários advocatícios, quando em cobrança judicial ou não, se requerido em até 24 (vinte e quatro) prestações;

III)- do principal atualizado, dos honorários advocatícios, quando em cobrança judicial ou não, se requerido em até 10 (dez) prestações;

Parágrafo Único – No caso de parcelamento de débito fiscal que se encontre em cobrança judicial, a adesão ao parcelamento não exime o requerente do pagamento das custas processuais devidas ao Estado.

Artigo 5º - Consolidado o débito, o sujeito passivo assinará o correspondente Termo de Compromisso e Confissão de Dívida, devendo recolher a primeira parcela junto a Tesouraria Municipal no ato da assinatura do acordo.

Parágrafo Único – Homologado o acordo e recolhido a primeira parcela, o contribuinte, enquanto estiver adimplente com o acordo e demais obrigações tributárias exigidas pela legislação vigente, terá o direito de obter a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (C.N.D.) Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

Artigo 6º - O montante de cada parcela, independentemente da opção do parcelamento, não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

Artigo 7º - As prestações vencerão no prazo de 30 (trinta) dias da adesão ao REFIS, devendo a primeira ser paga no próprio ato da formalização do pedido.

CAPÍTULO V

DO CANCELAMENTO DO PARCELAMENTO

Artigo 8º - O parcelamento será cancelado automaticamente, nas hipóteses de:

I)- inadimplência, por dois meses consecutivos ou quatro meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos débitos abrangidos pelo REFIS;

II)- decretação de falência, extinção, liquidação ou cisão da pessoa jurídica;

III)- propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do REFIS;

IV)- prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do requerente do REFIS, mediante simulação de ato, devidamente apurado pela Unidade competente;



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

V)- infração de qualquer das normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único – O parcelamento poderá ser cancelado por despacho fundamentado da Diretoria Municipal de Finanças, Planejamento e Tributação, independente do disposto no Caput deste artigo, nos casos de alteração ou cancelamento dos débitos objetos do parcelamento.

Artigo 9º - O cancelamento do parcelamento requerido nos termos da presente Lei, independará de notificação prévia ao sujeito passivo e implicará:

I)- na imediata execução judicial dos débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas, e, encontrando-se o débito em execução fiscal, em prosseguimento da ação judicial, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

II)- no restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época dos vencimentos dos débitos originais.

Artigo 10 – O parcelamento requerido poderá ser restabelecido, no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de seu cancelamento, com a devida regularização do pagamento das prestações em atraso, e seus encargos, e tratando-se de débito em execução judicial, mediante manifestação favorável da Diretoria Municipal de Negócios Jurídicos do Município.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11 – A opção pelo REFIS implica:

I)- na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, todos do Código de Processo Civil;

II)- na autorização de acesso irrestrito, pela Diretoria Municipal de Finanças, Planejamento e Tributação de Sarapuí, as informações relativas a sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data de opção pelo REFIS, se pessoa jurídica;

III)- na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

IV)- no pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e de demais receitas municipais decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a adesão;

V)- na manutenção automática das garantias prestadas judicial ou extrajudicialmente.

Parágrafo 1º - O disposto no Inciso I, aplica-se, exclusivamente, ao período em que a pessoa jurídica permanecer no REFIS.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

Parágrafo 2º - O deferimento de pedido de parcelamento de débito em cobrança judicial ou não, não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

Artigo 12 – O Executivo através da Diretoria Municipal de Finanças, Planejamento e Tributação de Sarapuí, admitirá e editará através de Decreto, as normas regulamentares a execução do REFIS.

Artigo 13 – Os pagamentos efetuados no âmbito do REFIS serão amortizados proporcionalmente, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado de cada tributo, incluído no Programa, e o valor total parcelado.

Artigo 14 – O prazo que se refere o Parágrafo 1º, do Artigo 3º, desta Lei, poderá ser prorrogado pelo prazo de até 90 (noventa) dias através de Decreto do Executivo.

Artigo 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ARI VIEIRA DA SILVA
Prefeito de Sarapuí

Publicada e registrada pela Secretaria Municipal, na data supra.

EDUARDO FOGAÇA RUIVO
Diretor de Administração e Recursos Humanos